

**A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO
GARÇAS, ESTADO DO MATO GROSSO**

Processo nº 74/2020

Tomada de Preços nº 3/2020 - TP

A empresa J.A TAVEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME,
inscrita no CNPJ nº 34.299.045/0001-20, vem, mui respeitosamente, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra o ato de sua desclassificação, o que passa a fazer nos termos a seguir aduzidos.

Trata-se de licitação que tem por objeto a contratação da conclusão da
execução da obra de construção do Parque Ecológico, Temático e de Exposição e Rodeios do
Município licitante.

Realizada a fase de análise das propostas comerciais, compareceram ao
certame apenas duas empresas, tendo a recorrente apresentado o menor valor de proposta
comercial, com UMA ECONOMIA direta frente ao segundo colocado de R\$ 195.105,26.

Contudo, em análise da proposta comercial e dos documentos e informações
que a instruem, a Comissão de Licitação houve por bem desclassificar SUMARIAMENTE a
recorrente sob a alegação de que alguns itens do cronograma de execução do escopo licitado
encontravam-se em contradição com o que definido no edital.

RECURSO ADMINISTRATIVO

RECEBIDO
EM 26/06/2020
Principal
às 13:09



Ocorre que, em que pese o poder da Administração para a condução dos seus certames, fato é que não agiu como costumeiro acerto no presente caso. Isto porque:

1. Da necessidade de realização de diligência para esclarecimento do cronograma

Antes da desclassificação sumaria da recorrente, e com vistas, principalmente, a manutenção da proposta mais vantajosa para a Administração, representando uma economia de mais de R\$ 195 mil reais, deveria a Comissão de Licitação diligenciar junto a empresa com vistas a apurar se realmente desejava a recorrente executar o cronograma acostado à sua proposta ou se, por um erro material, teria feito constar outros prazos de execução.

Agindo assim a Administração saberia na mesma hora que a recorrente teria se equivocado ao elaborar seu cronograma e que sua maior intenção e proposição seria a execução do cronograma nos termos definidos no edital.

É importante, desde já, consignar que a recorrente aceita e se submete ao cronograma proposto em edital, afirmando inequivocamente que executará as atividades contratadas no prazo definido no edital. Para tanto, apresenta, inclusive, o referido cronograma devidamente corrigido.

Na verdade, desclassificando a recorrente como fora feito esta Administração perdeu preços competitivos e a possibilidade de obter uma contratação menos onerosa ao erário, principal objetivo do certame licitatório, ainda mais em época de crise financeira como a atualmente instalada no país e no Município licitante.

Cabe ao gestor público valer-se da faculdade contida no § 3º art. 43 da Lei 8.666/1993, promovendo diligências, para saneamento dos fatos, se necessário. Determina o mencionado artigo que:

“Art. 43 (...)
(...)”



§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”

Portanto, numa situação como essa, a celeridade que é própria da licitação cede lugar a um interesse maior, que é o alcance da satisfação do interesse público envolvido. Se existem dúvidas acerca de aspectos relevantes, em nome desse interesse maior, a conduta a ser adotada pela presidente da sessão será a realização de diligências, mesmo que essas impliquem a necessidade de suspender a sessão, devendo todo o ocorrido restar devidamente justificado na ata respectiva.

Jessé Torres Pereira Júnior defende que a faculdade de diligenciar do pregoeiro ganha ainda maior relevo em razão das atribuições que cumula sozinho:

“Por isso mesmo ganha relevo a faculdade de diligenciar que a Lei nº 8.666/93 defere à comissão e autoridade superior, em qualquer fase do procedimento, com o fim de esclarecer ou complementar a instrução do processo. A faculdade deverá estar também ao dispor do pregoeiro, que a utilizará sempre que necessário.”

Furtar-se a tal comprovação alegando apenas que a realização de diligência é faculdade da Administração licitante é uma verdadeira agressão ao direito postulatório da recorrente, ao legítimo Estado de Direito e, principalmente, a motivação dos atos administrativos, requisito essencial a validade de todo e qualquer ato realizado pela Administração.

Afinal, em virtude do princípio da legalidade, a Administração não tem "faculdade" para agir. Tem, na realidade, o **dever jurídico** de atingir a finalidade normativa pré-determinada. Em consequência, o licitante tem direito a exigir que a Administração promova diligências para o esclarecimento de dúvidas a respeito de sua documentação ou proposta.

RECURSO ADMINISTRATIVO



Para MARÇAL JUSTEN FILHO:

"Em primeiro lugar, deve destacar-se que não existe uma competência discricionária para escolher entre realizar ou não a diligência. Se os documentos apresentados pelo particular ou as informações nele contidas envolverem pontos obscuros - apurados de ofício pela Comissão ou por provocação de interessados -, a realização de diligências será obrigatória. Ou seja, não é possível decidir a questão (seja para desclassificar o licitante, seja para reputar superada a questão) mediante uma escolha de mera vontade. Portanto, a realização da diligência será obrigatória se houver dúvidas relevantes" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 12ª Ed., São Paulo: Dialética, 2008, p. 556).

Conforme ADILSON ABREU DALLARI:

"Evidentemente não se pode aceitar que o agente administrativo possa decidir livremente se deseja ou não promover uma diligência esclarecedora. Se assim fosse, sempre haveria risco de tratamento não igualitário; de condescendência com relação a algum licitante e de rigor em relação a outro. Portanto, a previsão legal estabelece um dever de promover diligências esclarecedoras, e não uma faculdade. Esclarecer eventual dúvida quanto a sua proposta é um direito do licitante" (Aspectos Jurídicos da Licitação. 6ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2003, p. 121).

Do mesmo modo, FERNANDO VERNALHA GUIMARÃES sustenta que:

"Trata-se de reconhecer a aplicação do princípio da instrumentalidade dos poderes públicos, impedindo-se a conclusão de que a Administração 'poderá', segundo sua vontade, determinar ou não a realização de diligências de molde a atender a prescrição do art. 43 da Lei nº 8.666/93" (Promoção de diligências pela Comissão para esclarecimento sobre a



documentação - aplicação do §3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93 - a relativização do formalismo no processo licitatório. Informativo de Licitações e Contratos - ILC, nº 123, maio/2004, p. 441-442).

Assim, diante da ocorrência de dúvidas a respeito da documentação ou de proposta apresentados por determinado licitante, a Administração deve realizar a diligência prevista no art. 43, §3º da Lei 8.666/93.

Mais, no presente caso a realização de diligência vai ao encontro dos interesses da Administração licitante. Sim, porque se se pensar bem, acaso a Administração realizasse a diligência e comprovasse ter havido erro, poderia corrigi-lo de ofício e preservar a melhor proposta apresentada pela licitante. Neste sentido é o próprio Tribunal de Contas:

"O que se constata é que algumas das falhas decorreram da prorrogação do prazo para abertura das propostas, com vistas a obter o número necessário de propostas válidas para realização do certame, o que acabou provocando a perda da validade de alguns documentos. Com relação à documentação apresentada pela empresa vencedora do certame (Portobello S/A), a única falha verificada foi a ausência da assinatura do representante legal da empresa na proposta apresentada, o que poderia ser motivo de diligência pela Comissão de Licitação com vistas a sanar a falha, nos termos do art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/93, vez que a proposta era a mais vantajosa em termos financeiros e o produto atendia perfeitamente as especificações técnicas previstas no edital." (Acórdão 478/2004 - Plenário, Rel. Min. UBIRATAN AGUIAR, j. 28/04/2004, DOU 12/05/2004).

Neste sentido também o Tribunal de Justiça de São Paulo:

"o objetivo do legislador, ao facultar a diligência pela Comissão de Licitação, é flexibilizar a rigidez das normas regulamentares e editalícias, em havendo motivos para isso - principalmente



quando o concurso acha-se ainda na fase da habilitação -, para permitir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, incentivando maior competitividade entre os interessados, vedada, no entanto, a introdução de novos critérios que poderiam favorecer a alguns em prejuízos de outros, ferindo o princípio da isonomia" (Apelação 600.818-5/6-00, 9ª C. de Direito Público, rel. Des. GONZAGA FRANCESCHINI, j. 13.2.2008).

O Superior Tribunal de Justiça vai, inclusive, mais além, reconhecendo que pela diligência pode ocorrer também a complementação ou esclarecimento de documento já juntado no processo licitatório. Veja-se:

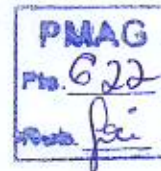
No procedimento, é juridicamente possível a juntada de documento meramente explicativo e complementar de outro preexistente ou para efeito de produzir contraprova e demonstração do equívoco do que foi decidido pela Administração, sem a quebra de princípios legais ou constitucionais.

É notório, percebe-se, o entendimento no sentido de que na licitação se deve admitir a correção da proposta (saneamento das propostas), principalmente quando houver erro formal ou material, de fácil apuração e correção, quando da verificação da conformidade das propostas.

2. Da possibilidade de correção do cronograma após a diligência

Acaso tivesse realizado a diligência junto a recorrente e descoberto que a intenção da empresa era a de executar o cronograma do objeto nos termos propostos pelo edital, tendo o cronograma apresentado apenas um erro material em alguns pontos poderia a D. Administração ter corrigido referida falha de ofício, mantendo válida a proposta apresentada.

A Lei nº 8.666/93, *ex vi* de seu art. 48, inc. I, estabelece que as propostas que não atendam as especificações contidas no ato convocatório da licitação, devem ser



desclassificadas. Com efeito, a teor deste preceito legal, na análise das propostas, cabe à Comissão de Licitação aferir se o conteúdo destas subsume-se às prescrições editalícias e, em caso negativo, rejeitá-las, a par dos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objeto.

Não obstante, é certo que este rigorismo excessivo na apreciação das propostas na fase de julgamento das licitações, vem sendo mitigado, com fulcro em outros princípios, quais sejam, da proporcionalidade e razoabilidade, que também devem esgueirar a prática de toda atividade administrativa.

Destarte, obviamente que a existência de vícios relevantes, que maculem a essência da oferta ou documentação, devem ensejar, de plano, sua desclassificação. No entanto, **quando o erro for incapaz de macular a essência da proposta, não prejudicando o interesse público ou a segurança do futuro contrato, não há razão para a rejeição da proposta.**

Ademais, as normas que permeiam os certames licitatórios devem, sempre que possível, serem interpretadas em favor da disputa entre os interessados.

Nas lições, sempre atuais, do Mestre Hely Lopes Meirelles:

"A desconformidade ensejadora da desclassificação da proposta deve ser substancial e lesiva à Administração ou aos outros licitantes, pois um simples lapso de redação, ou uma falha inócua na interpretação do edital, não deve propiciar a rejeição sumária da oferta. Aplica-se, aqui, a regra universal do *utile per inutile non vitiatur*, que o Direito francês resumiu no *pas de nullité sans grief*. Melhor que se aprecie uma proposta sofrível na apresentação, mas vantajosa no conteúdo, do que desclassificá-la por um rigorismo formal e inconstitucional com o caráter competitivo da licitação" (cf. Licitação e Contrato Administrativo, 11ª ed., Malheiros, 1997, p. 124).

Nesta mesma assertiva, pondera o Professor Diógenes Gasparini:

"Não obstante esse rigoroso procedimento, há que se compreender que só a inobservância do edital ou carta-convite no que for essencial ou a omissão da proposta no que for substancial ou no que trazer prejuízos à entidade licitante, ou aos



proponentes, enseja a desclassificação. De sorte que erros de soma, inversão de colunas, número de vias, imperfeição de linguagem, forma das cópias (Xerox em lugar da certidão) e outros dessa natureza não devem servir de motivo para tanto" (Direito Administrativo, 8ª ed., Saraiva, 2003, p. 502/503).

O próprio Tribunal de Contas da União assim já decidiu:

"(...) conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, sem que a falha identificada, entretanto, de natureza formal, tenha invalidado o procedimento licitatório questionado neste processo" (Decisão n.º 757/97).

Por sua vez, a 3ª Turma Cível do TJDF, no Processo n.º 50.433/98, por unanimidade de votos, proferiu a seguinte decisão:

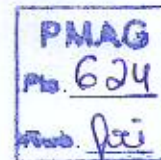
"Direito Administrativo. Licitação. Tomada de preços. Erro material na proposta. Irrelevância. O erro material constante da proposta mais vantajosa para a Administração, facilmente constatável, não é óbice à classificação da mesma. Inexistência de ofensa ao disposto no art. 48 da Lei n.º 8.666/93. Apelação improvida".

Aliás, não raro, pode ocorrer que a rejeição da proposta se torne mais prejudicial ao interesse público, do que a sua manutenção, inobstante os erros apontados em seu conteúdo.

Neste sentido, confirma Marçal Justen Filho, lembrando um caso concreto:

"Vale referir, ainda outra vez, decisão prolatada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do MS n.º 5.418/DF.

O edital exigia que as propostas consignassem os valores em algarismos e por extenso. Um dos licitantes apresentou proposta onde o valor constava apenas em algarismo e grafada segundo padrão estrangeiro (com vírgulas e não pontos para indicar milhares). A proposta foi classificada como vencedora, em um primeiro momento.



Após e atendendo recurso, a Comissão desclassificou-a. O STJ concedeu o mandado para restabelecer a classificação original. Reputou que a redação da proposta, ainda que descoincidente com a exigência do edital, não acarretava dúvida acerca do montante ofertado.

Considerando que a diferença dessa proposta para a classificada logo após ultrapassava cem milhões de reais, seria contrário ao interesse público promover a desclassificação.

O precedente tem grande utilidade por balizar a atividade de julgamento das propostas pelo princípio da proporcionalidade.

Não basta comprovar a existência de defeito. É imperioso verificar se a gravidade do vício é suficientemente séria, especialmente em face da dimensão do interesse público. Admite-se, afinal, a aplicação do princípio de que o rigor extremo na interpretação da lei e do edital pode conduzir à extrema injustiça ou ao comprometimento da satisfação do interesse público" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 5ª ed., Dialética, 1998, p. 436).

Logo, à luz de melhor doutrina, parece-nos salutar a providência afeta à verificação do conteúdo e extensão do erro, antes de decidir-se pela desclassificação da proposta ou inabilitação do licitante, uma vez que sua manutenção pode ser o melhor caminho para atendimento da finalidade pública perseguida.

Entendemos seja este o expediente que deve ser adotado pela Administração no caso em concreto, visto que a recorrente neste ato está apresentando o cronograma de sua proposta **DEVIDAMENTE CORRIGIDO**, escoimados os erros apresentados e adequado ao cronograma definido no edital.

Como sabemos, a licitação não é um fim em si mesmo, isto porque o procedimento licitatório, embora de natureza formal - ex vi do parágrafo único do art. 4º do indigitado diploma legal - deve superar e transcender o burocratismo exacerbado e inútil, até porque o procedimento deve estar voltado para a eficácia da máquina administrativa, e orientado pelos princípios consignados no art. 37 da Carta Magna - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

RECURSO ADMINISTRATIVO



A propósito do entendimento sobre a formalidade da licitação novamente é o mestre Hely Lopes Meirelles quem nos socorre:

"Procedimento formal, entretanto, não se confunde com 'formalismo', que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias. Por isso mesmo, não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas, desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração e aos licitantes. A regra é a dominante nos processos judiciais: não se decreta a nulidade onde não houver dano para qualquer das partes - 'pas de nullité sans grief', como dizem os franceses." (Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros Editores, 20ª Ed., p. 248)

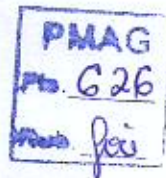
Impende destacar que o Egrégio Tribunal de Contas da União tem demonstrado grande avanço na temática da interpretação da Lei nº 8.666/93, e pela pertinência à matéria em comento apontamos as seguintes judiciosas manifestações proferidas:

"TC - 006.687/94-6: Assim, ao observar os princípios que devem nortear as licitações, a Unidade, ainda que desacatando parcialmente a lei, preveniu-se contra a ocorrência de atos gerencialmente desfavoráveis, resguardando o patrimônio público."

"TC 000.175/95-1: Que no julgamento de contas e na fiscalização que lhe incumbe, o TCU decidirá não só quanto a legalidade e legitimidade, mas também sobre a economicidade dos atos de gestão praticados pelos responsáveis sujeitos à sua jurisdição (cf. art. 1º, § 1º, da Lei nº 8.443/92)"

Na diretriz do mesmo bom senso, em recente julgamento do Mandado de Segurança nº 5.418/DF (97.0066093-1), publicado no Diário de Justiça, Seção 1, de 1º.06.98, p. 24, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça - STJ deliberou conclusivamente que:

"o formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes".



A Administração não pode se submeter à prática do rigor formalista, exagerado e absoluto, a ponto de levar o agente público a desclassificar proposta pelo simples fato de a licitante recorrente ter feito constar prazo equivocado em seu cronograma quando, na primeira oportunidade que lhe foi dada, está a declarar que **CUMPRIRÁ COM O CRONOGRAMA DEFINIDO NO EDITAL, mantendo o preço apresentado na proposta sem alteração.**

3. Da agressão ao princípio da economicidade

Não assim proceder, ou seja, não realizar a diligência e a correção de ofício do cronograma da proposta da recorrente é impor ao erário a contratação em preços muito mais caros, exatamente R\$ 195.105,26, o que representa quase 20% do preço máximo admitido pelo edital.

Como sabemos, a Constituição Federal de 1988 fez constar no ordenamento jurídico parâmetro de natureza genuinamente gerencial, intrínseco à noção de eficiência, eficácia e efetividade, impondo como uma das dimensões da regular gestão de recursos e bens públicos o respeito ao princípio da economicidade, ao lado do princípio da legalidade e do princípio da legitimidade (CF, art. 70, caput).

Alexandre Moraes bem define a eficiência administrativa:

"Assim, princípio da eficiência é o que impõe à administração pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, rimando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitarem-se desperdícios e garantir-se maior rentabilidade social." (MORAES, Alexandre de. Reforma Administrativa: Emenda Constitucional nº 19/98. 3. ed., São Paulo : Atlas, 1999, p. 30)



Evidencia-se, pois, a partir dos princípios constitucionais da eficiência e da economicidade, o nítido liame entre a legislação vigente sobre licitações e contratos e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em ambas as áreas, as normas gerais têm caráter pragmático imediato, imprimem definições e parâmetros, especificam ritos e controles, voltados, concretamente, para a operacionalização do conteúdo conceitual daqueles princípios, e para sua mensuração como resultado.

Vale esclarecer que os princípios aplicados às licitações públicas espelham os princípios do Direito Administrativo. Dessa forma, ao contratar com particulares, para fornecimento de bens ou prestação de serviços, a administração deve observá-los.

De acordo com o artigo 3º, da Lei 8.666/93, o procedimento licitatório destina-se a garantir o princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e outros que sejam correlatos.

A respeito, destaca Marçal Justen Filho que:

“A administração pública está obrigada a gerir os recursos financeiros do modo mais razoável. O princípio da economicidade pode reputar-se também como extensão do princípio da moralidade”.

Na verdade, o que se percebe é que a jurisprudência existente recomenda que a economicidade seja caracterizada pela busca da solução mais conveniente e eficiente sob o ponto de vista da gestão dos recursos públicos, ou seja, aquela que produz o menor impacto financeiro, uma vez que toda atividade administrativa envolve uma relação sujeitável a enfoque de custo e benefício.

Ora, não é razoável, nem eficaz, e muito menos econômico que se imponha a Municipalidade contratante o pagamento por um serviço em um patamar quase 20% (vinte por cento) mais caro, apenas porque o melhor preço foi desclassificado em decorrência de um erro material que poderia ter sido corrigido durante o certame licitatório.

RECURSO ADMINISTRATIVO



O mais assertivo neste caso seria a Administração providenciar a correção da proposta da recorrente, fazendo constar o cronograma de execução correto, reclassificando a licitante recorrente.

4. Pedidos

De tudo o quanto exposto, serve a presente para requerer seja declarada nula a desclassificação da recorrente, determinando-se a juntada do cronograma de execução anexo ao presente recurso, em substituição àquele apresentado junto com a proposta em sessão de licitação; promovendo-se a sua análise e a consequente classificação da recorrente como vencedora do certame.

Termos em que.

P. Deferimento.

São Paulo, 25 de junho de 2020.

DocuSigned by:

RICARDO RIBAS DA COSTA BERLOFFA

3C35C704200F430

Ricardo Ribas da Costa Berloff

OAB/SP nº 185.064

J.A TAVEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME

CNPJ Nº: 34.299.045/0001-20

JULIO CESAR MOREIRA TAVEIRA

RG Nº: 122390-7 SSP/MG

CPF Nº: 016.641.956-70

CREA Nº: MG 0400000217633

PROPRIETÁRIO/ENGENHEIRO

**VILMA LIRA
NOGUEIRA**

86620096115:3

0430943000115

Assinado de forma
digital por VILMA LIRA
NOGUEIRA
86620096115:3043094
3000115
Dados: 2020.06.25
21:45:24 -03'00'

CREDENCIADA:

VILMA LIRA NOGUEIRA MASSUIA

CPF: 866.200.961-15

RECURSO ADMINISTRATIVO



RECURSO ADMINISTRATIVO

J. A TAVEIRA ENGENHARIA E CONTRUÇÕES EIRELI - EPP

CNPJ: 34.599.045/0003-20, RUA ALAMEDA DAS HORTÊNCIAS, Nº 172, LOTE 7, SALA 3, QUADRA 1, VILA AURIANA, CEP: 78.705-540 - RONDONÓPOLIS - MT

OBJETO: CONSTRUÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO, TEMÁTICO E DE EXPOSIÇÕES E RODEIOS NO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - 2ª ETAPA
LOCAL: PARQUE ECOLÓGICO, TEMÁTICO E DE EXPOSIÇÕES, MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	EXECUTADO	%	CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO												TOTAL	%
				MES 01	%	MES 02	%	MES 03	%	MES 04	%	MES 05	%	MES 06	%		
1	URBANIZAÇÃO	153.369,01	69%	164.448,32	40%	123.336,24	30%	123.336,24	30%	-	-	-	-	-	-	411.120,81	47,87%
1.1	PISTA DE CAMINHADA	-	-	762,17	40%	572,06	30%	572,06	30%	-	-	-	-	-	-	1.906,32	0,22%
1.2	BANCO DE CONCRETO APARENTE	-	-	5.090,66	40%	3.818,14	30%	3.818,14	30%	-	-	-	-	-	-	12.727,14	1,49%
1.3	PLAY-GROUND	40,23	0%	-	-	6.622,53	30%	6.622,53	30%	-	-	-	-	-	-	22.075,08	2,66%
1.4	GINASTICA	27,15	0%	-	-	3.914,23	30%	3.914,23	30%	-	-	-	-	-	-	13.042,43	1,57%
1.5	LARINITO	-	-	17.785,28	40%	13.338,96	30%	13.338,96	30%	-	-	-	-	-	-	44.463,19	5,16%
1.6	AROL BANCADA DAS QUADRAS 03 UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2	SANITARIOS	9.338,86	4%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1	SERVICOS PRE MINARES	18.767,77	8%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2	FUNDACOES	13.092,84	6%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3	ESTRUTURA PRE MOLDADA	313,39	0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4	IMPERMEABILIZACOES	11.278,70	5%	488,65	20%	977,29	40%	977,29	40%	-	-	-	-	-	-	2.443,23	0,29%
2.5	ALVENARIA	-	-	3.488,35	20%	6.976,70	40%	6.976,70	40%	-	-	-	-	-	-	17.431,76	2,03%
2.6	CORRETURA	-	-	2.040,79	20%	4.081,58	40%	4.081,58	40%	-	-	-	-	-	-	10.202,95	1,18%
2.7	ESCALARIAS	-	-	2.036,05	20%	4.072,10	40%	4.072,10	40%	-	-	-	-	-	-	10.130,24	1,17%
2.8	REVESTIMENTO	9.083,45	4%	-	-	2.921,17	40%	2.921,17	40%	-	-	-	-	-	-	7.302,93	0,86%
2.9	PISOS	2.429,69	1%	-	-	5.598,59	40%	5.598,59	40%	-	-	-	-	-	-	13.996,48	1,62%
2.11	FORTOES E DIVISORIAS	-	-	2.120,00	20%	4.240,00	40%	4.240,00	40%	-	-	-	-	-	-	10.640,00	1,25%
2.12	PINTURA	-	-	704,37	40%	1.408,74	40%	1.408,74	40%	-	-	-	-	-	-	3.521,86	0,41%
2.13	INSTALACOES ELTRICAS	-	-	1.052,73	20%	2.105,45	40%	2.105,45	40%	-	-	-	-	-	-	5.263,63	0,61%
2.14	INSTALACOES HIDRAULICAS	2.300,97	1%	-	-	7.258,35	40%	7.258,35	40%	-	-	-	-	-	-	19.395,67	2,25%
2.15	INSTALACOES SANITARIAS	1.800,96	1%	-	-	4.006,05	40%	4.006,05	40%	-	-	-	-	-	-	10.015,12	1,16%
2.16	LIPEZA	-	-	108,66	20%	217,32	40%	217,32	40%	-	-	-	-	-	-	543,29	0,06%
3	PRACA DE SKATE	-	-	-	-	-	-	-	-	2.632,63	65%	1.416,65	35%	-	-	4.049,28	0,47%
3.1	INFRA E SUPER ESTRUTURA	-	-	-	-	-	-	-	-	5.590,01	65%	3.010,00	35%	-	-	8.600,01	1,00%
3.2	ALVENARIA E REVESTIMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	47.840,96	65%	25.760,53	35%	-	-	73.601,51	8,53%
3.3	PISO	-	-	-	-	-	-	-	-	5.436,37	65%	2.987,27	35%	-	-	8.423,64	0,97%
3.4	QUADRO DE TUBOS	-	-	-	-	-	-	-	-	1.408,87	65%	757,65	35%	-	-	2.166,52	0,25%
3.5	PINTURA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4	QUADRA POLIVALENTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.1	SERVICOS PRELIMINARES	-	-	-	-	-	-	-	-	1.128,62	30%	1.128,62	30%	-	-	2.257,24	0,26%
4.2	PISO	-	-	-	-	-	-	-	-	9.378,10	30%	9.378,10	30%	-	-	18.756,20	2,18%
4.3	ALAMBRADO E EQUIPAMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	2.935,68	30%	2.935,68	30%	-	-	5.871,36	0,68%
4.4	ACABAMENTO DE PISOS	-	-	-	-	-	-	-	-	9.021,13	30%	9.021,13	30%	-	-	18.042,26	2,10%
4.5	PINTURA	-	-	-	-	-	-	-	-	1.423,34	30%	1.423,34	30%	-	-	2.846,68	0,33%
4.6	ALAMBRADO	-	-	-	-	-	-	-	-	5.133,65	30%	5.133,65	30%	-	-	10.267,30	1,19%
5	QUADRA DE AREIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5.1	MOVIMENTO DE TERRA	-	-	-	-	627,564	60%	418,376	40%	-	-	-	-	-	-	1.045,94	0,12%
5.2	INFRA ESTRUTURA	-	-	-	-	2515,002	60%	1678,668	40%	-	-	-	-	-	-	4.193,67	0,49%
5.3	ALVENARIA E REVESTIMENTO	-	-	-	-	4487,022	60%	2991,346	40%	-	-	-	-	-	-	7.478,37	0,87%
5.4	PISOS E RODAPES	-	-	-	-	3764,874	60%	2509,916	40%	-	-	-	-	-	-	6.274,79	0,73%
5.5	PINTURA	-	-	-	-	756,894	60%	504,596	40%	-	-	-	-	-	-	1.261,49	0,15%
5.6	SERVICOS COMPLEMENTARES	-	-	-	-	878,760	60%	585,844	40%	-	-	-	-	-	-	1.464,61	0,17%
5.7	ALAMBRADO	-	-	-	-	9960,036	60%	6640,024	40%	-	-	-	-	-	-	16.600,06	1,92%
6	QUADRA DE TENIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6.1	MOVIMENTO DE TERRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6.2	INFRA ESTRUTURA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6.3	ALVENARIA E REVESTIMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6.4	PISOS E RODAPES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6.5	PINTURA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6.6	SERVICOS COMPLEMENTARES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6.7	ALAMBRADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VALOR TOTAL		221.562,81	-	222.398,80	25,79%	215.117,47	24,94%	207.454,08	24,06%	91.923,71	10,66%	74.659,18	8,66%	50.660,03	5,87%	882.413,27	100%
VALOR ACUMULADO		222.398,80	25,79%	437.516,27	50,73%	644.970,35	74,75%	736.894,00	85,45%	811.793,34	94%	862.413,27	100%	862.413,27	100%	862.413,27	100%

Assinatura do Senhor Engenheiro Civil
VILMA LIRA NOGUEIRA
CPF: 0943000115
OAB/MT 125.247-0/000

JULIO CESAR MOREIRA TAVEIRA
Engenheiro Civil
CREA/MT 217633



Cuiabá/MT, 30 de junho de 2020.

À
Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Alto Garças-MT

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020
MENOR PREÇO GLOBAL

Contraposição ao Recurso Administrativo Apresentado pela Empresa J.A Taveira Engenharia e Construções Eireli – ME


Conforme foi exposto claramente pela Comissão de Licitação do Município de Alto Garças/MT, não foi cumprido na íntegra o item **12 – Proposta de Preços**, em virtude do seu **sub-item c**. "Apresentar Cronograma Físico-Financeiro na forma do **Anexo III** do edital" não foi de acordo com o solicitado, fato que por si só deixa incompleta a documentação exigida no edital.

Tal equívoco, refletiu no próprio reconhecimento da Autora, porém a solicitação de **inclusão de novo cronograma corrigido**, após o certame licitatório, é totalmente ilegal e inconcebível, motivo pelo qual solicitamos o devido arquivamento do Recurso acima citado e que seja confirmado o resultado da licitação em apreço, conforme parecer da **Comissão da Licitação** em comunicação de **aviso de resultado**, datado de 26 de junho de 2020.

Obs.: Fonte de consulta: Lei das Licitações 8666 e seus anexos.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,


Araujo Ramires Construtora Eireli - EPP
CNPJ Nº. 28.229.256/0001-94
Ivo dos Santos Araujo
Administrador

Araujo Ramires Construtora Eireli - EPP.
CNPJ.: 28.229.256/0001-94
Rua Barão de Melgaço, Nº 2.350, 1º Andar, Sala 111
Bairro: Centro Sul – Cuiabá-MT - CEP: 78.020-800
Fone: (65) 3054-0001 / 3054-2101
Email: a.ramiresconstrutora@gmail.com



**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020

PMAG
PIS 611
foci

OFÍCIO: 019/2020-CT.076-2017-ENG

Alto Garças MT, 22 de Junho de 2020.

Referente: **PARQUE ECOLÓGICO ETAPA 2 - TP: 003/2020**
Conclusão das Obras do Parque Ecológico, Etapa 2.
Análise da documentação/proposta das Empresas Licitantes

COMUNICAÇÃO INTERNA

A

Comissão Permanente de Licitações
Prefeitura de Alto Garças/MT

De acordo com os documentos apresentados, sobre a participação das empresas J.A. Taveira Engenharia e Construções Eireli-EPP, e Araújo Ramires Construtora Eireli-EPP, na Tomada de Preços TP: 003/2020, referente à conclusão das obras do Parque Ecológico Etapa 2, temos a informar que:

1 - COM RELAÇÃO À PROPOSTA DE MENOR VALOR:

A proposta que se apresenta mais vantajosa, com o menor preço é a da Empresa J.A. Taveira Engenharia e Construções Eireli-EPP, cujo valor global é de R\$ 862.413,27, ou seja, representando um desconto de 18,45%, sobre o valor proposto na Planilha da Administração.

Com relação a ser considerado um valor inexequível, muito embora a diferença dos valores represente R\$ 195.105,26, ainda está dentro do limite de aceitação, ou seja, dentro do limite de 70% citado no § 1º, do artigo 48, da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998. Também, com relação à média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% do valor orçado pela Administração, conforme a mesma Lei. Dessa forma, o valor global de R\$ 862.413,27, poderá ser aceito pela Comissão de Licitação.

2 - COM RELAÇÃO À PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:

No que diz respeito à Planilha Orçamentária apresentada, não foi possível constatar nenhum item faltando, ou seja, todos os serviços e seus quantitativos foram atendidos na totalidade.

3 - COM RELAÇÃO À PROGRAMAÇÃO DA OBRA:

Importante informar que o Cronograma Físico-Financeiro apresenta em detalhes o que deverá ser produzido em períodos de 30 dias, quais serviços a executar, e quais os valores deverão ser pagos. Deverá existir uma sincronia entre a evolução da obra conforme planejado e também quantos aos valores a serem desembolsados mensalmente, sob pena de não ter as metas cumpridas conforme planejado.

Daí a importância de se exigir um Cronograma Físico-Financeiro da Obra, e que, igualmente à Planilha Orçamentária, deverá seguir rigorosamente as metas ali



**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020

PMAG
Pis. 612
Fisc. Jeci

estabelecidas, principalmente por se tratar de uma obra com recursos federais, cujos desembolsos mensais e as metas estabelecidas, foram analisadas e aprovadas, tanto pelo Ministério do Turismo, quanto pela instituição financeira Caixa Econômica Federal, que é quem irá fazer os repasses à empresa executora da obra.

Compete à Prefeitura, como Conveniente, exigir o cumprimento rigoroso dessas metas sob pena de sofrer sanções previstas no contrato de repasse, firmado com as instituições.

Quanto aos valores disponibilizados para essa obra, conforme o Quadro de Composição de Investimentos (Q.C.I.), a obra terá duas fontes de recursos, conforme descrito abaixo:

Recursos da União (Ministério do Turismo):	R\$ 1.013.011,23	95,79%
Recursos de Contrapartida do Município:	R\$ 44.507,30	4,21%
Valor Total da Obra:	R\$ 1.057.518,53	100,00%

Importante informar que após o cumprimento das metas mensalmente, haverá o pagamento das medições elaboradas e atestadas pela fiscalização da obra, e o valor a ser liberado será sempre proporcionalmente composto pelas duas fontes citadas acima, com suas respectivas porcentagens.

Assim, acredito que fica fácil compreender, que as metas já aprovadas e os desembolsos já programados, deverão ser cumpridos à risca, e não a gosto da empresa vencedora.

APURAÇÃO:

O que pôde ser apurado na análise dos documentos é que o Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela Empresa J.A. Taveira Engenharia e Construções Eireli-EPP, não corresponde ao que fora solicitado no cronograma proposto pela Administração.

Como exemplo, cito um importante item, que é o 1.1, Conclusão da Pista de Caminhada, que representa 47,69% do valor total da Planilha da Administração.

Esse item, devido a sua importância, e também pela necessidade de ser executado num período de tempo sem incidência de chuvas, foi planejado ser executado em 90 dias (três meses), e a evolução dos serviços seria de 40% no primeiro mês e 30% no segundo e terceiro mês, totalizando 100% do serviço. Os desembolsos referentes ao item acompanham fielmente a evolução dessa etapa.

Ocorre que a Empresa J.A. Taveira Engenharia e Construções Eireli-EPP, está propondo em seu Cronograma Físico-Financeiro, a execução em 120 dias (quatro meses), e a evolução dos serviços passando para 40% no primeiro mês e 20% no segundo, terceiro e quarto mês, totalizando 100% do serviço.

E isso se repete em vários outros itens, alterando consideravelmente todo o planejamento da obra, não sendo possível aceitar tais alterações.

[Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page]



**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020



Segue abaixo, um breve resumo do total de meses em que cada uma das etapas forma planejadas e que estão sendo propostas pela Empresa.

	Proposto pela Administração	Proposto pela Empresa
1.0 URBANIZAÇÃO:	03 MESES	04 MESES
2.0 SANITÁRIOS:	03 MESES	04 MESES
3.0 PRAÇA DE SKATE:	02 MESES	04 MESES
4.0 QUADRA POLIV.:	03 MESES	04 MESES
5.0 QUADRA DE AREIA:	02 MESES	04 MESES
6.0 QUADRA DE TÊNIS:	02 MESES	04 MESES
3.0 PRAÇA DE SKATE	02 MESES	04 MESES
4.0 QUADRA POLIV.:	03 MESES	04 MESES

Também há que se levar em conta que todos os serviços na planilha da Empresa J.A. Taveira Engenharia e Construções Eireli-EPP, têm previsão de iniciar no primeiro dia de obra, e serem concluídos no ultimo dia de obra. A previsão para todos os serviços e a evolução mensal de todos os serviços será de 40% no primeiro mês e 20% no segundo, terceiro e quarto mês, totalizando 100% do serviço, enquanto que no Cronograma Físico-Financeiro proposto pela Administração, existirão atividades iniciando em intervalos distintos, de forma a não comprometer ou não interferir nas atividades sequencialmente.

CONCLUSÃO:

Fica evidenciado que a Empresa J.A. Taveira Engenharia e Construções Eireli-EPP, buscou adequar à evolução da obra, conforme seu interesse ou disponibilidade, alterando significativamente o que fora proposto nessa Tomada de Preços, e alterando as metas firmadas entre a Prefeitura Municipal de Alto Garças e as Instituições, conforme Contrato de Repasse, e, portanto, não podendo ser permitido, a meu ver, essas alterações propostas.

O Cronograma Físico-Financeiro é peça fundamental para a execução dessa obra, fazendo parte, inclusive, dos documentos disponibilizados para as Licitantes, e que deverá ser respeitado o que ali está contido, pois será em função dele que a Prefeitura, que é a Conveniente, será cobrada posteriormente.

Atenciosamente,

Kristyan Vannhat Ferreira
Engenheiro Civil
CREA 13.01640-GO

ANTONIO EDSON PEREIRA
CREA: 2601863200
Consultoria Técnica
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras
Prefeitura Municipal de Alto Garças MT

Prefeitura Municipal de Alto Garças
Rua Dom Aquino - nº 346 - Centro - CEP 78.770-000 - Alto Garças/MT
CNPJ: 03.133.097/0001-07 - Fone/PABX (66) 3471-1155



PARECER JURÍDICO 008/2020.

PROCESSO Nº 074/2020.

SOLICITAÇÃO 1336/2020.

SOLICITAÇÃO 1337/2020.

TOMADA DE PREÇO Nº 003/2020

INTERESSADO: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Ementa:

I. Ementa:

I. Direito Administrativo. Tomada de Preços. Aquisição. Licitações e Contratos. Verificação dos Requisitos da Lei nº 8.666/93.

II. Contratação de empresa especializada para a reforma do hospital municipal, conforme Termo de Referência encartado. Modalidade Tomada de Preço que tem por objeto a contratação de empresa especializada para conclusão da execução da obra de construção do parque ecológico,.

Senhora Presidente da Comissão Permanente de Licitação,

I. RELATÓRIO

Trata-se de consulta relativa ao Processo Licitatório nº 074/2020, Tomada de Preços nº 003/2020 - Menor Preço Global, com vistas à contratação de Empresa especializada para conclusão da execução da obra de construção do Parque Ecológico, Temático e de exposições e rodeios no Município de Alto Garças (2º etapa), de acordo com Contrato de Repasse nº 805364/2014, celebrado com a Caixa Econômica federal via Min. do Turismo.

O processo veio instruído, o qual se encontra na fase de recurso contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação, que inabilitou a proposta da empresa J.A TAVEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, por estar em discordância com o Edital.

Este é, em síntese, o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO



Em sede preliminar, destacamos que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data nos autos do processo administrativo em epígrafe, incumbindo a este órgão prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar á conveniência e à oportunidade dos atos praticados, prerrogativa que cabe ao gestor público ao amoldar as orientações em tese ao caso concreto.

Pois bem, sustenta a recorrente, desclassificada, J.A TAVEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, o direito de ser-lhe assegurado diligencia para sanar possíveis equívocos no cronograma apresentado pela administração, podendo ser alterado e validando o cronograma em desacordo apresentado em sua proposta.

Do exame da documentação acostada, conclui-se que os reclamos da recorrente, baseados em ilações dissociadas da realidade editalícia, não merecem prosperar.

Nesse trilhar, constata-se que a empresa recorrente apresentou proposta em desacordo com a forma estabelecida no edital, conforme apontado pela própria recorrente, solicitando, desta forma, que a Comissão Permanente de Licitação procedesse com diligência até a obra para análise do Cronograma.

Possibilidade descartada em decisão da Comissão Permanente de Licitação, onde decidiu pela penalidade e consequente desclassificação da referida empresa.

A fim de delimitar o objeto do presente parecer, é imprescindível que se demonstre, ao menos, o embasamento jurídico da decisão proferida pela Comissão, em relação ao ato administrativo de recusar a diligencia, bem como inabilitar a recorrente.

Assim estabelece o ordenamento jurídico, mais precisamente Art. 43, §3º da Lei nº 8.666/1993:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou





*informação que deveria constar originariamente
da proposta.(grifei)*

Como podemos observar, a legislação é muito bem clara, em facultar a realização de diligências, sob responsabilidade da Comissão ou autoridade competente, sendo que essa decidiu por não realizar.

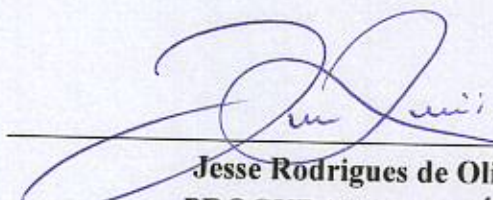
No entanto, veda expressamente a inclusão de documentação que deveria constar originalmente da proposta, ação pretendida pela recorrente.

II - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pelo não provimento de recurso, mantendo-se integralmente a decisão da Comissão Permanente de Licitação, posto que proferida de acordo com o que foi estabelecido no instrumento convocatório.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Alto Garças, 30 de junho de 2020.



Jesse Rodrigues de Oliveira
PROCURADOR JURÍDICO
OAB/MT 25.794/O



**ATA DE JULGAMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA
DECISÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

REFERÊNCIA: TOMADA DE PREÇO Nº 003/2020

Trata-se da resposta ao recurso administrativo interposto contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação do Município de Alto Garças – MT relacionado a tomada de preço acima referido.

SÍNTESE DOS FATOS DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Trata-se de análise do recurso administrativo oferecido pela empresa J A TAVEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI ME, inscrita no CNPJ nº 34.299.045/0001-20, que participou do certame licitatório realizado na modalidade de Tomada de Preço nº 003/2020, conduzido pela Presidente da Comissão de Licitação, designada pela portaria nº 131/2020, na sede da Prefeitura Municipal. No seu recurso a recorrente alega que tenha apresentado a proposta mais vantajosa e que na fase de análise da proposta pela Comissão Permanente de Licitação, tenha sido desclassificada sob alegação de que alguns itens do cronograma de execução do escopo licitado encontravam-se em contradição com o que fora definido em edital. Fato este, requer a recorrente que seja acostado à sua proposta um novo cronograma físico-financeiro, por entender ter sido um erro material em ter constado outros prazos de execução, assumindo portanto o seu equívoco ao elaborar o cronograma, solicitando então à Comissão Permanente de Licitação para que realize diligência e inclua portanto, um novo Cronograma Físico-Financeiro.

Assim, protocolou recurso, requerendo que seja declarada nula a desclassificação da recorrente, determinando-se a juntada do cronograma de execução anexo ao presente recurso, em substituição àquele apresentado junto com a proposta em sessão de licitação; promovendo-se a sua análise e a consequente classificação da recorrente como vencedora do certame.

DO JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Pois bem, sustenta a recorrente, desclassificada, J.A TAVEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, o direito de ser-lhe assegurado diligencia para sanar possíveis equívocos no cronograma apresentado pela administração, podendo ser alterado e validando o cronograma em desacordo apresentado em sua proposta.



[Handwritten signatures and initials]



**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020

PMAG
Pto. 640
fci

Do exame da documentação acostada, conclui-se que os reclamos da recorrente, baseados em ilações dissociadas da realidade editalícia, não merecem prosperar.

Nesse trilhar, constata-se que a empresa recorrente apresentou proposta em desacordo com a forma estabelecida no edital, conforme apontado pela própria recorrente, solicitando, desta forma, que a Comissão Permanente de Licitação procedesse com diligência até a obra para análise do Cronograma.

Possibilidade descartada em decisão da Comissão Permanente de Licitação, onde decidiu pela penalidade e consequente desclassificação da referida empresa.

A fim de delimitar o objeto do presente parecer, é imprescindível que se demonstre, ao menos, o embasamento jurídico da decisão proferida pela Comissão, em relação ao ato administrativo de recusar a diligência, bem como inabilitar a recorrente.

Assim estabelece o ordenamento jurídico, mais precisamente Art. 43, §3º da Lei nº 8.666/1993:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. (grifei)

Como podemos observar, a legislação é muito bem clara, em facultar a realização de diligências, sob responsabilidade da Comissão ou autoridade competente.

No entanto, veda expressamente a inclusão de documentação que deveria constar originalmente da proposta, ação pretendida pela recorrente.

II - CONCLUSÃO

Por fim, de acordo com que determina a jurisprudência acima mencionada e



[Handwritten signatures]



**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020

PMAI
Pto. 64
fex

conforme conclui o parecer da área técnica de engenharia e jurídica, opinamos pelo não provimento de recurso, mantendo-se integralmente a decisão da Comissão Permanente de Licitação, posto que proferida de acordo com o que foi estabelecido no instrumento convocatório.

A presente decisão será comunicada a recursante e disponibilizada no site www.altogarcas.mt.gov.br.

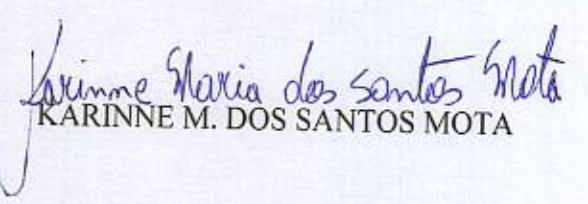
Nada mais a ser tratado, a Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando-se a presente Ata que, lida em conformidade vai assinada pelos presentes.

Alto Garças – MT, 03 de julho de 2020.


ANNE CAROLINE A. FREIER GIRARDELLO
Presidente

Membros:


LUANA CRISTINA BATISTA


KARINNE M. DOS SANTOS MOTA

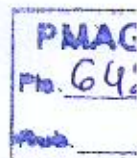






**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020

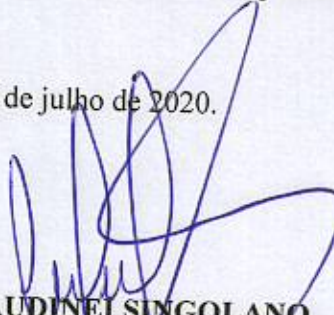


DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

RATIFICO a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, tendo em vista os pareceres técnicos em anexo, reconhecendo o Recurso impetrado e INDEFERINDO o pedido da empresa J A TAVEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, conforme consta nos autos do Processo Licitatório n. 074/2020 – Tomada de Preços n. 003/2020, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para conclusão da execução da obra de Construção do Parque Ecológico, Temático e de Exposições e Rodeios no município de Alto Garças (2ª etapa), de acordo com contrato de repasse nº 805364/2014, celebrado com a caixa econômica federal via min. do turismo.

Publique-se no site da Prefeitura Municipal de Alto Garças e intime-se enviando cópia na íntegra da decisão a todos os participantes do certame licitatório.

Alto Garças - MT, 06 de julho de 2020.


CLAUDINEI SINGOLANO
Prefeito Municipal